



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE AFRO-BRASILEIRA: A EXPERIÊNCIA PIBID EM ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE SALVADOR.

Jeferson de Souza da Silva¹ Gleide de Jesus Nogueira², Anízia Conceição Cabral de Assunção Oliveira (orientadora)

¹*Discente do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA/Campus Salvador. E-mail: jefersonsilvaifba@gmail.com*

²*Discente do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA/Campus Salvador. E-mail: gueunogueira@hotmail.com*

³*Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- Campus Salvador. Doutora em Geografia pelo Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora do GEOPRAXIS-A Prática do Ensino e da Pesquisa em Geografia /IFBA/CNPq e do Grupo de Pesquisa em Geoecologia e Planejamento Territorial/GEOPLAN/UFS/CNPq. E-mail: aniziacoliveira@gmail.com*

Resumo

Este trabalho objetiva refletir sobre o ensino da temática de Consciência Negra, tendo como base um conjunto de ações realizadas em escola da rede estadual de Salvador por discentes do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência PIBID/FAPESB. Através de um conjunto de ações didático-pedagógicas, buscou-se destacar a importância tanto do papel da educação e da escola na reafirmação e na valorização da cultura e história afro-brasileira como forma de combater o racismo e a violência, quanto da necessidade de trabalhar o tema utilizando ferramentas da geografia para apurar o olhar mais crítico dos estudantes. Para a problematização da temática de Consciência Negra, vídeos e produção de cartazes fizeram parte das ações realizadas em sala de aula pelo projeto, objetivando pensar as diferenças entre o negro e o branco como parte de um processo social e cultural, tendo em vista tornar o espaço da sala de aula um ambiente que valoriza o pensamento reflexivo sobre a relação de origem, cultura e respeito racial no Brasil.

Palavras-Chave: Educação, Valorização, Identidade Afro-brasileira.

Introdução

A cidade de Salvador é considerada a mais negra do Brasil, segundo dados do Mapa da População Preta e Parda do IBGE (2010), sendo marcante a identidade cultural afro-brasileira na capital baiana. Entretanto, mesmo possuindo essa expressividade étnica, Salvador



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

evidencia importantes discrepâncias sócio-culturais, sobretudo, em relação às diferenciações sociais existentes entre pessoas negras e brancas.

Ainda que, nesta cidade, majoritariamente, a população seja formada por negros e pardos, não obstante, as pessoas negras soteropolitanas, são as que menos ocupam posição de poder sócio-político-cultural, figurando nas estatísticas como a que desfruta dos piores índices de desenvolvimento humano.

São maiores os índices de analfabetismo; a população afrodescendente é a mais afetada pela violência urbana; as mulheres negras são as maiores vítimas de violência doméstica e violência obstétrica, ao passo que estão em menor número, por exemplo, em universidades, seja como estudantes ou como pertencentes ao quadro de mestres e doutores, e em cargos de chefia, ocupados majoritariamente por pessoas consideradas brancas.

A visão estereotipada que se tem da figura do indivíduo negro como um ser indolente com sua imagem associada à criminalidade, sendo em situações duvidosas o suspeito em potencial, é preocupante. Também causa preocupação a sua identidade funcional ser limitada a afazeres de menor qualificação, assim como, a sociedade se encontrar sob a égide de um padrão de beleza eurocêntrico.

Diante desse cenário, destaca-se a importância tanto do papel da educação e da escola na reafirmação e na valorização da cultura e história afro-brasileira como forma de combater o racismo e a violência, quanto da necessidade de trabalhar o tema de maneira mais acessível à comunidade escolar, objetivando pensar as diferenças entre o negro e o branco como parte de um processo social e cultural.

Conforme Gomes (2003) apud Valentin e Backes (2008, p. 02),

[...] pensar as diferenças é mais que explicitar que homens e mulheres, negros e brancos, distinguem-se entre si; é antes, entender que ao longo do processo histórico, as diferenças foram produzidas e usadas socialmente como critérios de classificação, seleção, inclusão e exclusão.

É nesse sentido que a Geografia tem importante papel na desconstrução de um imaginário social alimentado por preconceitos e exclusões. Como campo de conhecimento que se dedica ao tratamento das diferenciações socioespaciais, a Geografia possibilita em sala de



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

aula ambientes de debate e reflexão sobre a situação de exclusão da população negra, num contexto histórico e socialmente construído.

Isso contribui para um novo reposicionamento do ser negro no mundo da educação, para a discussão sobre a questão identitária do negro no Brasil, numa dimensão de valorização do papel de luta da população negra em defesa de sua cultura que, por conseguinte, resultou na construção da pluralidade cultural brasileira.

É imperativo tentar entender as raízes da exclusão da população negra das posições de poder e decisão em uma cidade como Salvador em que o contingente de afro-brasileiros é mais do que o dobro em relação aos não negros e, a partir daí, realizar esforços para recolocar este indivíduo em posição de destaque social, valorizando sua historicidade e, principalmente, desconstruindo estereótipos negativos instituídos.

A idealização de uma supremacia da etnia branca sobre a etnia negra e demais etnias se faz desde o período em que habitantes africanos sofreram imigração forçada partindo de diversos países da África e forçados a trabalhar como escravos para homens brancos, europeus e eurodescendentes.

Nessa perspectiva, urge repensar o ensino ainda muito pautado em versões eurocêntricas dos fatos e trazer à baila uma África desconhecida para a maioria da população brasileira. Uma África como um continente também rico, ocupante de posição de destaque na História, berço da Humanidade e também composto de diversidade sócio-econômico-cultural que não se resume à forma clichê que ela é comumente retratada, majoritariamente sob vieses negativos: fome, doenças, miséria, etc.

Nesse contexto, a Geografia tem as ferramentas para apurar o olhar mais crítico e fazer com que os estudantes possam ampliar a diversidade de formas de pensar o mundo. A Geografia possibilita a percepção da complexidade dos arranjos sociais e históricos, de como se deu a construção da identidade do negro no Brasil e a construção identitária que se tem das mulheres e homens negros, caracterizada como resultado do processo de escravidão vivido pela nação, bem como, da representação do que é ser negro, dentro um sistema racista e excludente.



Diante do exposto, o presente trabalho objetiva refletir sobre o ensino da temática de Consciência Negra, tendo como base um conjunto de ações realizadas em escola da rede estadual de Salvador por discentes do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência PIBID/FAPESB.

Busca-se demonstrar e analisar as impressões adquiridas através da experiência PIBID/FAPESB do curso de Geografia do IFBA junto à escola de 1º Grau Getúlio Vargas, onde se debateu a construção da identidade do negro no Brasil e a importância da reafirmação e valorização da identidade afro-brasileira, visando tornar o espaço da sala de aula num ambiente que valoriza o pensar as diferenças.

A problematização da temática de Consciência Negra contemplou o planejamento das intervenções didático-pedagógicas, desenvolvido numa perspectiva de trabalho interdisciplinar com a Língua Portuguesa. Vídeos e produção de cartazes fizeram parte das ações realizadas em sala de aula pelo projeto.

Construção identitária do negro no Brasil e a Lei 10.639/2003

Os povos negros têm sua chegada ao Brasil no séc. XV. Com a predestinação única de servir como mão de obra, homens e mulheres escravizados assumiram papel central no sistema econômico da nação por três séculos sendo considerados mercadorias de grande valor. Mais de 4 milhões de negros foram transportados forçosamente da África em direção ao Brasil no decorrer dos três séculos de escravidão institucionalizada. A condição de humanidade se encontrava negada dentro desse sistema, o que prevalecia eram ameaças e castigos severos que em muitos casos levavam à morte.

O Brasil em 1888 aboliu a escravidão, através da Lei Áurea assinada pela Princesa Isabel, filha de D. Pedro II, sendo um dos últimos países a findar essa prática. A assinatura da Lei foi resultado também de movimentos abolicionistas que ganharam força no Brasil como reflexo de um mundo em transformação que não aceitava mais a escravidão como algo institucionalizado. Todavia, não se pensou políticas públicas para a inserção das mulheres e



homens negros no círculo social e econômico da nação de forma equânime, nem opção de retorno para as suas nações de origem.

Ao longo da história isso contribuiu para a marginalização da população negra no Brasil e suscitou nos movimentos organizados a necessidade de mobilização para reverter esse cenário que transforma o assumir-se negro como um posicionamento de coragem, pois como afirma Santos e Machado (2008), o ser negro está associado a “ser feio” e portador de uma cultura inferior, e estas inquietações estão enraizadas na mente dos negros e não negros.

O Brasil como um país que recebeu grande quantidade de negros africanos em condição de escravidão possui uma herança cultural bastante presente em nossa formação de nação. Ao longo da construção da identidade nacional, várias foram as lutas pelo reconhecimento e valorização dessa herança, lutas estas através de insistentes reivindicações de movimentos sociais organizados.

Segundo Santos e Machado (2008), uma das principais reivindicações dos movimentos negros no Brasil foi a afirmação do compromisso da educação com o combate ao racismo e todas as formas de discriminação, com valorização e respeito à história das populações negras do Brasil.

O artigo 242 §1 da Constituição que especifica: “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro” (BRASIL, 1988) é fruto de reivindicações, artigo este que tramitou nas diversas comissões da constituinte e passou por muitas simplificações e restrições.

É neste cenário de lutas de movimento sociais negros que a Lei 10.639 é sancionada pelo presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva no ano de 2003, passando a ser obrigatória a inclusão do ensino da cultura e história afro-brasileira no currículo dos níveis fundamental e médio das redes pública e privada.

Essa Lei é resultado do projeto apresentado pelos deputados federais Esther Grossi e Ben-Hur Ferreira em 1999 que provocou a alteração da Lei 9394/96 intitulada Lei de Diretrizes e Bases – LDB, em seu 26º artigo.

Art.26. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

§1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o povo negro nas áreas sociais, econômica e política pertencente a história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História do Brasil (BRASIL, 2003.).

Devido à importância da Lei 10.639/03 e tendo em vista o papel de destaque da inserção da cultura e história afro-brasileira no contexto escolar, o Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2004, elaborou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, delegando aos Estados e Municípios através de Conselhos de Educação a fiscalização para o cumprimento da lei, além de estabelecer as formas possíveis de abordagem dessa temática em sala de aula.

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004 (BRASIL, 2004).

Diante disso, a Lei 10.639/03 deve ser encarada como subsídio legal para a “descolonização” dos saberes, para que se pense para além das impressões eurocêntricas, para que se busque a história não valorizada da grande parcela da população brasileira, para que se incentivem debates por partes dos educadores de modo a fomentar nas salas de aulas uma revisão crítica dos conteúdos trabalhados, rejeitando a forma simplificada do negro e da África resumidos a estereótipos socialmente construídos para justificar a dominação, exercitando dessa forma o “pensamento das diferenças”, conforme Gomes (2003) apud Valentin e Backes (2008, p. 02).

Dessa forma, de acordo com as normatizações, o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Cultura Africana deve ser incorporado com um intuito de desconstruir a visão desfavorável da pessoa negra e resgatar as diversas histórias africanas e afrodescendentes, associadas aos conteúdos dignificantes, competências, atitudes e valores desenvolvidos pelas mais diversas áreas de ensino dentro da educação básica.



Voltamos a destacar a importância do ensino de Geografia, pois esta tem relevante papel no entendimento do mundo através de um ensino reflexivo sendo possível ajudar na desconstrução da imagem estereotipada da pessoa negra e do continente africano, o que reflete, por consequência, na imagem dos afrodescendentes, contribuindo para o combate ao preconceito, discriminação e racismo e para a promoção de uma educação democrática e inclusiva.

Metodologia

As atividades realizadas pelo projeto PIBID-FAPESB, do Curso de Geografia do IFBA, Campus Salvador, no período de 2014-2015 objetivaram a desconstrução da imagem estereotipada e negativa do negro e valorização da história e conquistas das pessoas negras, a fim de promover uma construção identitária e autoestima positivas.

Para contemplar a problematização da temática, uma sequência didática foi desenvolvida visando a discussão de aspectos como: a origem do homem como negro e a variação da tonalidade de pele como produto da expansão geográfica, da adaptação e evolução; a situação da comunidade negra no Brasil, entendida como fruto do processo de escravidão; as contribuições das matrizes africanas na formação da cultura brasileira.

O desenvolvimento pelos bolsistas de dinâmicas de leituras e discussão dos referenciais teóricos adotados pelo projeto foi passo fundamental. A realização de levantamento bibliográfico, leituras e aprofundamento teórico foi aspecto importante para a apropriação das categorias e conceitos norteadores do projeto.

Conteúdos foram explorados buscando o tratamento da temática, dentre eles destacaram-se: origem negra, escravidão no Brasil, discriminação e injúria racial, valorização da herança cultural africana e preconceito racial.

Assim, fizeram parte da intervenção os seguintes momentos:

- Momento de Leitura e Interpretação de dados sobre a atual condição socioeconômica da população negra;
- Momento envolvendo a Valorização da história e da riqueza cultural africana;



- Exibição do vídeo visando a importância de se discutir o preconceito racial na escola.
- Momento com foco na diferenciação entre discriminação e injúria racial, a partir de relatos de atos criminosos contra negros no Brasil contemporâneo.
- Atividade com cartaz buscando reflexão sobre como vivemos e lidamos com o Racismo em nosso dia a dia. Combate a frases e expressões preconceituosas.

Resultados e Discussão

O momento de Leitura e Interpretação de dados sobre a atual condição socioeconômica da população negra objetivou a reflexão sobre o porquê da falta de protagonismo das pessoas negras e da ausência ou presença pouco representativa nas posições de destaque sócio-econômico-político-cultural. Recorremos à reflexão sobre o processo de diáspora negra num esforço de explicar aos alunos da escola pública básica soteropolitana (também composta por indivíduos negros majoritariamente) a origem do negro e como se deu a expansão geográfica, a adaptação e a evolução.

O momento envolvendo a Valorização da história e da riqueza cultural africana buscou trabalhar com os alunos conteúdo vinculado as grandes civilizações deste continente, mostrando o esplendor egípcio, a opulência do Império Mali (que tem como grande expoente a cidade de Timbuktu considerada patrimônio mundial da UNESCO), e as riquezas deste continente. E também buscou-se pôr em evidência os afrodescendentes brasileiros que se destacaram em suas respectivas áreas tais como o geógrafo Milton Santos, os escritores Lima Barreto e Machado de Assis, dentre outros expoentes.

A exibição do vídeo objetivou tratar da importância de se discutir o preconceito racial na escola.

O vídeo *Vista a Minha Pele*, de Joel Zito Araújo, foi exibido no intuito de fomentar um importante debate acerca da questão racial no Brasil, sobretudo na cidade do Salvador. O filme, cujo argumento se baseia numa irônica troca de papéis, negros são retratados como donos de poder tanto econômico, cultural, quanto simbólico. Tudo o que é relacionado à negritude, inclusive a África e seus países é retratado no filme como detentor de riqueza e



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

influência. Brancos, segundo a obra fictícia, são relegados à pobreza, a falta de referências político-culturais-sociais a espaços de exclusão étnica-racial dentro das escolas.

O filme *Vista a Minha Pele* faz uma crítica contundente à famigerada democracia racial e à meritocracia. Com uma linguagem acessível à população adolescente, o filme promoveu observações que foram constadas durante a exibição, onde os estudantes puderam olhar o racismo com maior criticidade ao se deparar com uma situação irreal e fantástica, onde a pessoa branca foi retratada como vítima de práticas racistas tão naturalizadas quando o alvo do racismo é a pessoa negra.

A Diferenciação entre discriminação e injúria racial, a partir de relatos de atos criminosos contra negros no Brasil contemporâneo foi possível diante da repercussão do ato sofrido pelo então goleiro santista "Aranha" no ano de 2014 em uma partida de futebol. Utilizou-se este fato para problematizar a discussão do racismo e da injúria racial no Brasil. Injúria que é entendida pelo artigo 140 §3 do Código Penal Brasileiro como a utilização de palavras depreciativas referentes a raça, cor, religião ou origem com o intuito de ofender a dignidade e o decoro da vítima; enquanto o racismo é crime previsto na lei 7.716/89 que implica em conduta discriminatória dirigida a um determinado grupo ou coletividade sendo imprescritível e inafiançável.

Esta problematização em sala de aula, mediante exemplos de atos criminosos que repercutiram na sociedade contra negros, objetivou refletir criticamente sobre o racismo no Brasil.

A atividade com cartaz buscando reflexão sobre como vivemos e lidamos com o racismo em nosso dia a dia permitiu que os alunos expusessem o que pensavam sobre o processo de escravidão.

Nesta atividade o quadro branco foi utilizado como recurso para a exposição de frases contra o preconceito. Elementos e gírias do cotidiano, expressões remetendo as religiões de matriz africana, bem como, as relações de preconceito verificadas no dia a dia foram exploradas a fim de trabalhar a discussão sobre racismo e a luta contra a desigualdade racial.

Através desta atividade tornou evidente aos alunos participantes que as relações de preconceito e de discriminação estão presentes em nosso cotidiano de forma enraizada e que



erroneamente se tem por parte da população uma aceitação de tais pressupostos, e que pequenos comentários maliciosos que são tecidos no dia a dia edificam e ajudam a perpetuar o comportamento que desvaloriza a mulher e o homem negro.

Entretanto, o que mais chamou atenção foi a constatação por parte do alunos da existência do racismo de forma velada no Brasil e que a luta no combate ao racismo e em busca de uma igualdade racial tem por base um posicionamento mais crítico e reflexivo.

Considerações Finais

O projeto PIBID-GEOGRAFIA-FAPESB, ao proporcionar a integração dos discentes no ambiente escolar mediante o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas na escola parceira, contribuiu para suprir carências oriundas do meio acadêmico, na medida em que promoveu ações orientadas à reflexão das competências necessárias as futuras práticas profissionais.

O PIBID visa a valorização da formação de professores para a educação básica. Ao promover a inserção dos discente no ambiente escolar, o Programa objetiva assim elevar a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura, de forma a proporcionar aos futuros educadores oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem

Com o PIBID/FAPESB/IFBA, as perspectivas foram alcançadas levando-se em conta a participação, expressividade e relações pedagógicas desenvolvidas por professores, discentes do projeto e alunos, que puderam exercitar o pensamento reflexivo sobre a relação de origem, cultura e respeito racial no Brasil.

A Geografia que tem papel fundamental por oferecer subsídios e apresentar ao aluno diversas formas de entender e se posicionar criticamente sobre questões acerca da atual posição da pessoa negra, hoje, sobretudo, em Salvador.

Num cenário contemporâneo, onde a questão racial negra ainda é subvalorizada, urge a importância do apoio da escola (que é mais um componente na construção do cidadão crítico), para problematizar tais questões e direcionar o alunado a um maior posicionamento



crítico/reflexivo frente à realidade, onde o racismo à brasileira mesmo que velado, se mostra de forma refinado e perverso.

As ações possibilitaram a reflexão sobre a valorização, a inclusão e respeito à diversidade em relação aos modos de ver, sentir e interagir do afro-brasileiro, colaborando e enriquecendo a cultura e identidade étnica, de forma dinâmica, lúdica e interdisciplinar. É importante constatar que durante o período de intervenção a identidade negra se mostrou de forma mais contundente e valorizada na comunidade escolar onde as atividades foram trabalhadas; por haver uma aceitação e reconhecimento com os conteúdos trabalhados de forma natural, levando a uma maciça participação nas atividades propostas

Referências

BRASIL, Lei.10.639, 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.994 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira” e da outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 31 jul. 2015.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Parecer nº. CNE/CP003/2004, de 10 março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais para o ensino da História e cultura Afro-brasileira e Africana. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=323:orgaos-vinculados&id=12988:pareceres-e-resolucoes-sobre-educacao-das-relacoes-etnico-raciais&option=com_content&view=article>. Acesso em 20 de jul. 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa da Distribuição Espacial da População, segundo a cor ou raça – Pretos e Pardos. 2010. Disponível em ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_murais/brasil_pretos_pardos_2010.pdf. Acesso em 20 de jul. 2015.

VALENTIN, R. M; BACKES. J. L. A lei 10.639/03 e a educação Étnico-Cultural/Racial: Reflexão sobre os novos sentidos da escola. Disponível em <www.neppi.org/gera_anexo.php?id=463> Acesso em 19 de jul. 2015.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MACHADO, V. R. C; SANTOS, S. Q. S. Políticas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios. **Ensaio: aval. Pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.16, n.58, p.95-112. 2008.

PENNA, Bernardo Schmidt. Crime de racismo x injúria racial. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 3968. 2014.